

Saúde do trabalhador

Florianópolis sedia, dias 26 e 27 de novembro, a etapa estadual da II Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador. O tema abordado este ano será a forma de construir uma política de saúde do trabalhador.

Projeto Solidariedade

A diretoria do Prosol convida os sócios que quiserem fazer parte do Conselho Deliberativo para o quadriênio 93/96 que contatem com Wagner e Roberto Peter (Sertão) pelo telefone 47-17-77, ramais 219 e 163; ou com Pascoal, Albertina e Marilda Ribeiro, no telefone 31-70-00, ramais 7143, 7940 e 7523.

Denúncias confirmadas

O prefeito de Lages, Fernando Agustini, respondeu à interpelação judicial apresentada pelo presidente da Celesc, Raimundo Colombo, confirmando as denúncias e declarações sobre a aplicação irregular de verbas na administração de Colombo frente àquela prefeitura.

Privatização suspensa

O presidente do Uruguai, Luis Lacalle, suspendeu a privatização da Cia Aérea Pluna. Ela seria comprada pela Vasp, de Wagner Canhedo. Como este empresário está envolvido no Esquema PC e praticou diversas irregularidades na administração da Vasp, Lacalle não quer correr o risco de participar de uma negociação.

Subsídios continuam

A Cemig reduziu em 20% a tarifa de energia elétrica fornecida para a empresa Alcan Alumínio do Brasil. Mas a concessionária não foi dadivosa só com a multinacional. O acordo fechado com a Alcan serviu de padrão para outros 14 contratos renegociados pela Cemig com indústrias eletrointensivas. A nova tarifa passa a vigorar em janeiro. Os mineiros se perguntam agora por que o subsídio não se estende também para o consumidor doméstico?

Remanejando diretorias

O Sindicato dos Eletricistas de Lages promoveu um remanejamento na sua diretoria. Assumiu a presidência da entidade Ederaldo Antonio Johan, a tesouraria Walmir Westarp de Carvalho e a diretoria de Relações Públicas, Juraci Luiz Bolognese. Os antigos membros, Clóvis Finochetti e João Rosa Ribeiro, permanecem na direção do sindicato, mas em outros cargos.

LINHA VIVA

Nº 249
25/11/93

Recuo

Eletrosul não mostra os números do Bresser

O que mais surpreendeu a Intersindical nos últimos dias foi o recuo da Eletrosul com relação ao Plano Bresser. A empresa tinha se comprometido de apresentar no dia 19 seus números referentes ao pagamento deste passivo, mas sem maiores explicações deixou de fazê-lo. Esta situação é "extremamente preocupante", pois revela a intenção de "empurrar com a barriga" o pagamento.

O que mais decepcionou os sindicalistas foi justamente o fato de que o presidente Cláudio Ávila, na sua pri-

meira reunião com a Intersindical, tenha se posicionado claramente pela abertura de um processo transparente de discussão, visando o pagamento deste passivo.

JOGO DURO - A assembleia do dia 24, em Florianópolis, determinou que os sindicatos devem endurecer o jogo e responsabilizar civil e criminalmente os diretores da empresa por postergarem o pagamento de passivos, acumulando prejuízos para a própria Eletrosul. Assim, do Bresser às horas extras, podem surgir ações judiciais para defender a empresa e seus empregados.

Aliás, horas extras foi uma questão das mais discutidas na assembleia. Alegando problemas de caixa e uma determinação de que deve reduzir em 10% suas despesas de pessoal, a Eletrosul está querendo pagar as horas extras realizadas em novembro e dezembro somente em março. Isso está causando revolta especialmente nas

áreas de operação e manutenção. O acúmulo de horas extras é, certamente, resultado da redução de 34% do pessoal durante a reforma administrativa. "Hora-extra é legalmente considerada como salário, e sua retenção é crime", dispara Nilo Kaway Jr., assessor jurídico da Intersindical.

Os técnicos da Intersindical vão analisar os números apresentados pela Eletrosul para, posteriormente, adotar uma posição em conjunto com a categoria.

SALÁRIO - Os reajustes salariais de novembro, na Eletrosul, vão ficar mes-

mo entre 74% (menor salário) e 114% (maior salário), conforme a deliberação da assembleia que resolveu acatar a proposta dos negociadores do Grupo Eletrobrás ao Comando Nacional dos Eletricistas. Estes índices zeram as perdas do período de acordo com o FAS - Fator de Atualização Salarial.

O que permanece polêmica é a política salarial a ser adotada. A proposta original do CNE é o reajuste mensal de 100% da inflação do mês anterior. As empresas estão propondo a aplicação da lei salarial até seis salários mínimos e, na faixa acima, 85% do índice resultante da lei (inflação menos 10%), com zeramento quadrimestral. O CNE apresentou uma contraproposta de aplicação linear da lei, com zeramento quadrimestral. As empresas ficaram de estudar a proposta e, na próxima semana, voltar a negociar com o Comando. Se houver uma proposta definitiva ela será submetida às assembleias.

Escolha o seu

O Sindicato dos Eletricistas do Norte de Santa Catarina está convocando toda categoria para participar das eleições para representante sindical. As eleições acontecem nos dias 1º, 2º e 3º de dezembro. A posse está marcada para dia 17 de dezembro, indo o mandato até julho de 96. Compareça.

Feito acordo

A Sindieletrô fechou "um acordo que não é o ideal, mas o possível, diante da mobilização da categoria", com a Cemig, na noite de segunda-feira passada. A proposta aprovada é de aumento real de 3,52%, totalizando um reajuste total, na data-base de 47,56%. O dia da greve de advertência não será descontado. Na assembleia-geral, os empregados aprovaram ainda um desconto de 5% do salário-base de dezembro, em favor do Sindieletrô para fortalecer a luta sindical (campanha contra a privatização e programa de rádio).

Intersindical tem candidato

Dia 22 de dezembro acontece a eleição para o Conselho Administrativo da Celesc, o órgão que planeja e determina à Diretoria Executiva o modelo de administração a ser desenvolvido.

Frank em exposição

O Departamento de Cultura do Sinergia abre nesta sexta-feira, dia 26, no hall da sede da Celesc, uma exposição de charges de Frank Maia, ilustrador do Linha Viva e Folha Sindical. A mostra que permanece até 03/12, tem apoio da Abecelesc, Elase, Copyflo e Seta Papelaria.

Cadastro de produtores

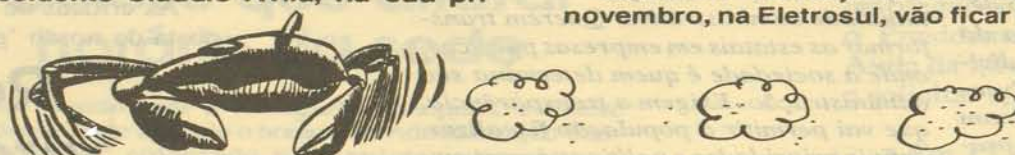
Mais de 80 produtores culturais (artistas plásticos, atores, artesãos, escritores, fotógrafos, etc) entregaram o questionário que o Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis distribuiu nos locais de trabalho de sua base. Após a sistematização dos dados o Sinergia promoverá um encontro com todos para discutir uma proposta de atividades culturais.

Ação de Cidadania

Entre os dias 25 e 26 de novembro o Comitê de Apoio à Cidadania e à Vida dos empregados da Celesc estará arrecadando arroz para enviar para comunidades carentes. Cada empregado pode participar entregando 1 kg de arroz no hall de entrada principal da Celesc nestes dois dias.

Recesso da Justiça

A partir do dia 16 de dezembro (inclusive) até dia 9 de janeiro a Justiça do Trabalho entra em recesso. Portanto neste período não haverá atendimento na assessoria jurídica dos sindicatos da Intercel. Maiores esclarecimentos ligar para seu sindicato.



Cipa da Agência não funciona e compromete a segurança

Cerca de 400 empregados da Celesc, que trabalham na agência Florianópolis, estão jogados à própria sorte. E eles nem sabem disto. É que há muito tempo as reuniões da Cipa na agência iniciam sem a presença do presidente da comissão (que sempre chega atrasado). Nenhum dos gerentes da agência comparece aos encontros e, das chefias, só o responsável pelo COD, vai às reuniões. Além disso os supervisores da manutenção e construção são os únicos a levarem a sério o trabalho da comissão, pois assistem regularmente aos encontros.

O descaso para a prevenção de acidentes é tão grande neste local de trabalho

que, desde o dia 11 de novembro, sucessivas reuniões da comissão estão sendo transferidas, sem ninguém saber por quê motivo. Na sequência desse descaso dos superiores é natural que as equipes de segurança, as normas de segurança e tudo o mais acabem sendo relaxados.

Se isto é um perigo em qualquer local de trabalho, muito mais será para a agência. Lá estão concentradas atividades pesadas e perigosas como os serviços de ligação e religação, a manutenção de rede, o plantão de emergência, o laboratório de linha viva e a oficina elétrica.

EDITORIAL

Nem tudo está perdido

Finalmente - e felizmente - a discussão sobre o futuro do setor elétrico brasileiro está se transformando num debate público. Qualquer pessoa que tenha alguma proposta sobre o que fazer com o setor, percebeu que terá que vender sua idéia para a sociedade. Que terá que conquistar a opinião pública.

Estamos num cabo de guerra. O prêmio é o apoio da população. Este apoio definirá o futuro do sistema elétrico. Isto explica porque todas iniciativas consomem tanto espaço nos jornais. Todo mudo quer vender seu peixe.

Ato, geralmente ilegais, que pretendem legitimar um ponto de vista são desenvolvidos. Passam pela iniciativa do governador Kleinubing de pagar a dívida do Estado com ações da Celesc, "vendidas em Bolsas de Valores", e culminam na última investida do Alquerque, que propôs uma Medida Provisória para leiloar o sistema.

O que todos buscam é tornar o que é apenas uma proposta num fato irreversível. Por isto é que o momento é importante. Estamos na fase de disputa de propostas. E é por isto que nem tudo está perdido. Tudo está sujeito a modificações.

O que temos de concreto é o Projeto de Lei das Concessões, que os eletricitários estão combatendo no Senado. Existe ainda o Programa Nacional de Desesta-

tização, que relaciona a Ligth e Escelsa como privatizáveis. Nenhuma outra empresa é citada no programa. Além disso, a Lei das Privatizações estipula o prazo para licitar uma empresa em 200 dias, um tempo vital para que a transferência seja combatida.

O que os eletricitários podem fazer?

Primeiro, pensar numa remodelação do setor. Ser contrário à venda não significa defender o que existe hoje. A mudança é necessária, mas não deve ser utilizada para privilegiar alguns, como querem os privacionistas fatais.

Os eletricitários não querem, por exemplo, que as estatais sejam empresas do partido no poder. Defendem uma continuidade administrativa. Querem transformar as estatais em empresas públicas, onde a sociedade é quem determina sua administração. Exigem a transparência, que vai permitir à população fiscalizar, definir prioridades e políticas destas empresas. As mudanças devem visar o fim das disparidades entre as regiões do país, proporcionando um crescimento uniforme.

Querem ainda a criação do Conselho Nacional de Energia, formado por trabalhadores, universidades, partidos, movimentos populares, para discutir a matriz energética nacional. E, acima de tudo mostrar que sua luta não é corporativista, da mera defesa de empregos, mas pelo desenvolvimento do país.

Alquêres provoca racha no governo

A proposta de privatização imediata e geral do Setor Elétrico do presidente da Eletrobrás, José Luiz Alquêres, causou mesmo uma enorme polêmica dentro do governo. O estranho é que foi cogitado pela imprensa o nome do próprio Alquêres para ocupar a vaga de ministro que Paulino Cícero vai abrir para se candidatar a deputado, o que representaria o fim definitivo do Setor. Alquêres é o defensor principal das propostas vinda do Minsitério da Fazenda, uma espécie de "homem do FHC".

As reações vieram de vários endereços: do próprio ministro, do presidente de Furnas, Marcelo Siqueira, do presidente da Copel, João Carlos Cascaes e, especialmente, do Comando Nacional dos Eletricitários, que enviou carta ao Presidente da República (veja íntegra ao lado) e a publicou no jornal O Globo do dia 23.

Cascaes é enfático ao dizer que a venda das empresas de geração pode comprometer a qualidade da energia do país. "Não conheço nenhuma empresa privada qualificada para operar o sistema, nem com intenção de investir efetivamente no setor", diz o presidente da Copel. Segundo ele, a criação do Sintrel (Sistema Nacional de Transmissão de Eletricidade) seria "um novo DNER" e haveria uma "grande desconfiança das empresas estaduais, que não teriam as garantias de qualidade da geração. Hoje sabemos que o pessoal da Eletrosul é qualificado e treinado, mas não sabemos como seria com uma empresa privada".

As críticas de Cascaes vão além: "A proposta do nosso 'grande presidente' não con-



templa um critério ou um padrão nacional de geração e distribuição, o que pode determinar o abandono de algumas áreas". Cascaes, no entanto, não é contra a privatização do setor mas garante que "a pior forma de fazê-lo é a venda das usinas, a melhor é a abertura do capital sem que o Estado perca o controle das empresas". Ele é um defensor do modelo proposto pelo ministro Paulino Cícero, baseado na privatização das obras paralisadas porque "a crise do setor veio da recessão, então temos que buscar dinheiro na área privada, sem se desfazer das outras usinas que já tiveram seus investimentos amortizados".

A reportagem do Linha Viva tentou, mas não conseguiu, falar sobre o assunto com os presidentes da Celesc e Eletrosul.

Revisão Constitucional vira comida de tubarões

Comida para tubarões. É nisto que está se transformando a revisão da Constituição brasileira. Enquanto todo mundo mantém os dois olhos e ouvidos ligados na CPI do Orçamento, a cruzada de deputados e senadores que querem a quebra de monopólios estratégicos, uma nova definição para empresa brasileira e ceifar direitos sociais (como o da aposentadoria) mantém suas mãos ativas, empurrando a revisão ladeira abaixo. Já conseguiram aprovar o regimento interno da reconstituente e logo passarão à votação de emendas. É a tática dos aproveitadores: dar o soco no adversário enquanto ele ainda está aturdido com o golpe anterior.

O escândalo da CPI do Orçamento é muito grande e requer toda energia não só dos parlamentares corretos, como da população que se mantém atenta para não ser enganada. Vários deputados e senadores estão sendo acusados e as ramificações da corrupção já ultrapassaram

Carta Aberta ao Presidente da República

Diante das manifestações públicas do Senhor José Luiz Alquêres, Presidente da Eletrobrás, propondo a venda de todo o setor elétrico brasileiro, vimos solicitar a Vossa Excelência que não seja tomada nenhuma medida neste sentido até que a sociedade seja esclarecida sobre:

1º) quem é este Senhor para se contrapor às orientações do Ministro Paulino Cícero sobre o futuro do setor elétrico?

2º) que interesses este Senhor defende em suas propostas de promover a venda indiscriminada do patrimônio público, representado pelo sistema elétrico?

3º) qual a responsabilidade deste Senhor no episódio das debêntures da Eletrobrás, lesivo aos interesses nacionais, amplamente divulgado pelos meios de comunicação, sem resposta até hoje?

4º) sobre que bases este Senhor está negociando débitos de empresas do sistema Eletrobrás com fornecedores de materiais, prestadores de serviços e empregados?

5º) que responsabilidade tem este Senhor sobre os maus investimentos feitos no

setor, que resultaram num acervo de 19 obras paradas?

6º) que direito tem este Senhor, com uma postura própria dos entreguistas, de presidir uma empresa, a Eletrobrás, que sequer respeita?

Lembramos que o Senhor José Luiz Alquêres, que se arvora no direito de elaborar propostas para serem encaminhadas por Vossa Excelência ao Congresso Nacional, foi fiel escudeiro do Presidente deposto, Fernando Collor de Mello, o que de antemão o desqualifica como formulador de políticas para o atual Governo, como também para o exercício de tão importante cargo público.

Por último, Senhor Presidente, pode-se perceber que questionáveis interesses sempre afloram quando se propõe a privatização do setor elétrico. É por esta razão, que nós, eletricitários, julgamos que quaisquer decisões relacionadas com o futuro do setor elétrico devem ser objeto de ampla discussão com a sociedade e não fruto de manobras definidas em alguns poucos gabinetes.

Comando Nacional dos Eletricitários

Celesc que alterar horário da sede

Em reunião com o Sinergia/Florianópolis, a Celesc propôs que fosse alterado o horário na Administração Central (Fpolis), colocando as seguintes alternativas: 7:30/11:30 - 13:00/17:00; 7:30/11:30 - 13:30/17:30; 7:45/11:45 - 13:15/17:15; 8:00/11:30 - 13:00/17:30; 8:00/12:00 - 13:30/17:30.

O Sinergia pondera, como primeiro passo, que deve ser mantido o horário móvel atualmente praticado, acompanhado de um amplo processo de conscientização de funcionários e do corpo gerencial.

O problema fundamental é que tem funcionário fazendo jornada diária de 7 horas, desconsiderando os que cumprem a jornada de 8 horas. Em 23 de novembro, a assessoria sindical da empresa telefonou para o sindicato anunciando a decisão da diretoria (que é a escolha de uma das opções expostas acima) e solicitando ao sindicato a elaboração de um plebiscito. O Sinergia manteve então contato com a assessoria sindical da Celesc, porém o assessor estava viajando. O Sinergia se propõe a discutir o assunto na segunda-feira com o retorno da assessoria sindical da Celesc.

O Sinergia antecipa porém que, para realizar um plebiscito é necessário que haja a possibilidade da manutenção de um horário móvel, com campanha de conscientização. Caso venha a manter apenas os horários fixos anunciados, a empresa pode realizar este plebiscito através dos gerentes nos locais de trabalho. "Salientamos que, sem a autocrítica de funcionários e gerentes fica difícil um relacionamento de trabalho sobre algo tão simples", diz Arno Cugnier, diretor do Sinergia.

TRIBUNA LIVRE

APOSENTADORIA FEMININA

COMISSÃO FEMININA PARA APOSENTADORIA ESPECIAL

Voltamos a esse jornal para informar as providências adotadas até a presente data, com relação à aposentadoria feminina aos 25 anos de trabalho:

- **Em 23.08.93** - Encaminhado correspondência à ELOS, solicitando cópia do Parecer Técnico do Atuário Jessé Montello e Plano de Benefícios;

- **Em 15.09.93** - Considerando que o documento recebido da ELOS não nos atendia, solicitamos informação quanto ao fundamento legal para aplicação do fator redutor, no cálculo da complementação da aposentadoria;

- **Em 29.09.93** - Juntamente com as empregadas já aposentadas, procuramos o Presidente da Eletrosul Dr. Cláudio Avila da Silva para discutirmos o assunto e solicitar apoio da Diretoria

- **Em 15.10.93** - Participamos de reunião onde estavam presentes as empregadas já aposentadas e o Superintendente da ELOS Dr. Plínio A. Bueno.

Na ocasião, fomos informadas de que a ELOS através da correspondência 649/93, solicitou ao Atuário, os custos e prazos visando a mensuração dos acréscimos de reservas matemáticas para o participante do sexo feminino, com redutores idênticos aos do sexo masculino,

- **Em 08.11.93** - Fomos informadas pelo Dr. Plínio A. Bueno, que aquela Fundação recebeu resposta do Atuário e encaminhou à Diretoria Administrativa da Eletrosul - carta ELOS-742/93, solicitando aprovação para tal cálculo.

Aguardem em breve, novas informações!

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Conselho Editorial: Fábio Pedro Dal Bó, Arno Veiga Cugnier, Mauro G. Passos, Glauro C. Marques, Sovernir Mácio Dias e Luiz Cezare Vieira. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Mari Cristina Scornazzen (DRT/RS 4966). Ilustrações: Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Impressão: Gráfica do jornal Diário Catarinense. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP: 88015-030. Fone (0482) 22-3866 Telefax: (0482) 23-5596. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

Os Meandros da Violência

João Paulo de Souza
Diretor do Sinergia

Programação do CIC

Esta é a programação de cinema do Centro Integrado de Cultura até a próxima quarta-feira. Os eletricitários têm direito a meia entrada com a apresentação da carteira do Sinergia, conforme convênio do Sindicato com o CIC.

Dia 25 - Quinta-feira

19h30min - Casamento de Conveniência (cinema de Israel)

21h15min - O Piano

Dia 26 - Sexta-feira

21h15min - O Piano

Dia 27 - Sábado

19h30min - O Piano

21h305min - Madadayo

Dia 28 - Domingo

19h30min - O Piano (último dia)

21h30min - Madadayo

Dia 29 - Segunda-feira

21h15min - Madadayo

Dia 30 - terça-feira

21h15min - Madadayo

Qualquer alteração na programação é de exclusiva responsabilidade do CIC.

Mostra de Curtas Catarinenses

A Mostra de Cinema catarinense é uma promoção do Sinergia. Desta vez os filmes serão apresentados no CEFA (Celesc), no auditório, sempre às 12h30min.

Dia 30/11 - Farra do Boi, o documentário (25min)

Dia 01/12 - O Vôo Solitário (36min)

Dia 02/12 - Bruxas (30min)

Dia 03/12 - Manhã (10min) e Desterro (18min)

Malgrado toda evolução material e espiritual da humanidade, o homem convive diuturnamente com o crime. A criminalidade continua a desafiar a inteligência científica e a ação política, em qualquer que seja a sociedade e seu estágio de evolução cultural ou tecnológica.

Desde meados do século XIX, diante da expansão dos índices de criminalidade, o fenômeno criminal tem sido abordado sob diferentes paradigmas teóricos e modelos jurídico-políticos. Teses há que abordam ora o criminoso, ora o crime, ora as condições materiais de vida, sob o agasalho da antropologia, da sociologia, da filosofia, da psiconeurofisiologia e de outras ciências auxiliares e, mais especificamente, sob a ótica da dogmática jurídico-penal e dos vários ramos da criminologia moderna. Algumas delas, inclusive, estão subsumidas no ideário político-ideológico de certas doutrinas e regimes políticos, como é o caso da criminologia dita socialista.

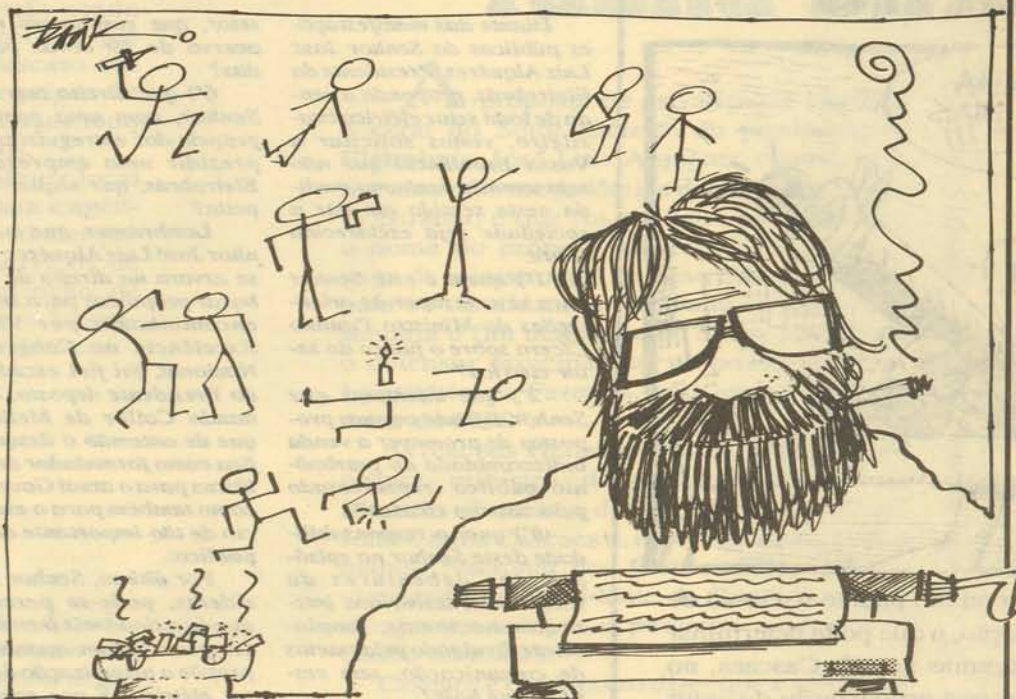
Limitados ao espaço de um artigo, destacamos, dentre as tantas já formuladas, as teses prevalentes no âmbito da criminologia, mostrando, resumidamente, o que propugnam como solução para o fenômeno criminal. Faremos ver, também, as suas falhas ou imposturas.

TESE 1. A expansão ou retração dos índices de criminalidade está associada às condições materiais de vida.

Submetida a uma análise histórico-social, esta tese logo mostra as suas fraquezas, diante da realidade social contemporânea que não a confirma. Nas sociedades afluentes, os índices de criminalidade não foram abatidos. Mesmo tendo havido queda nos índices de alguns tipos de crimes, as estatísticas revelam outros, até então desconhecidos, derivados mesmo do progresso tecnológico, do alto padrão de consumo material e da qualidade de vida de que desfrutam.

Associando miséria, exclusão e injustiça social à criminalidade, os fautores desta tese cometem o erro de fazer do crime uma condição de classe: a criminalidade é própria dos excluídos, dos marginalizados, dos despossuídos. Esquecem(?) que as pessoas pertencentes às classes possuidoras, cultas, também praticam crimes, a maioria, porém, ocultos, não denunciados, fora das estatísticas, alargando o espaço da chamada cifra negra. Ademais, não levam em conta que, quanto maior a afluência, o crescimento econômico, maiores são as expectativas de participação no produto social e, simultaneamente, maiores as possibilidades de frustrações, de conflitos de interesses, de pressões e tensões sociais e políticas. Portanto, o fenômeno criminal esconde complexas relações que não vêm à luz senão pela análise dialética de fatores políticos, ético-morais, culturais e jurídico-penais.

Países como os da Escandinávia, da Europa Central, ou mesmo o Japão e os Estados Unidos, com produção de riqueza



e distribuição de renda invejáveis, contorcem-se de medo, transidos de estupor diante do fenômeno criminal.

TESE 2. A criminalidade decorre da agressividade natural do homem, do instinto impulsivo presente no sistema límbico de todos os animais.

O fulcro da tese repousa numa circunstância presente na constituição biológica do homem. Por ser a agressividade e a violência uma fatalidade, um fenômeno natural, torna-se impossível erradicar o crime, devendo-se-lhe, então, por medidas repressivas ou por condicionamentos psiconeurofisiológicos e morais, ser contido nos limites suportáveis, necessários à vida em sociedade.

Também esta tese não resiste o peso dos fatos. Antes de ser um fenômeno natural, atributo necessário do homem, a agressividade e a violência e, portanto, a criminalidade, é uma resposta às constrições sociais das sociedades tecnocráticas, mais do que uma resposta instintiva, psicofisiológica. O homem é um ser cujas reações estão na ordem direta da sua complexidade biológica, social e espiritual. Por uma circunstância biológica, o homem é um ser que nasce incompleto e, portanto, ao vir à luz, é, ainda, um ser em construção, construção esta que se faz biológica e socialmente. Daí porque o homem é um ser bio-ético-cultural.

TESE 3. A criminalidade decorre da predominância de valores materiais, da racionalidade instrumental das sociedades modernas sobre valores ético-políticos.

Esta tese denuncia o primado da razão instrumental, tecnocrática, presente nas sociedades industriais pós-modernas, nas quais predominam a violência simbólica, a alienação humana, sobrepondo-se aos valores ético-morais, jurídicos e religiosos. Deste ângulo de visada, a sociedade é marcadamente criminógena, porque

opressiva, pragmática, materialista, tecnicista.

Contrariamente, aos ideólogos etologistas, os arautos desta tese defendem que violência também pode se apresentar sob formas gerais ou particulares, isto é, como violência política, típica de certos regimes políticos, mediante ação dos aparelhos de Estado, ou como violência simbólica, própria das sociedades tecnocráticas, nas quais a política e, conseqüentemente, as relações sociais, aparecem como um espetáculo, onde o espaço público é apropriado privadamente pela classe dominante, pelos despossuídos, marginalizados e delinquentes. Desta forma, a violência se apresenta como "uma espécie de legítima defesa contra o Estado e suas instituições". Portanto, nas sociedades tecnocráticas, o homem é visto como mero consumidor, seja de sexo, amor, de bens materiais, de lazer, de opinião e informação, enfim de espetáculos e coisas que são oferecidas pela indústria cultural.

Então sob a perspectiva ética, o crime não cabe nos escaninhos dos dogmas e do senso comum dos mortais. É antes de tudo, um debate que deve estar no seio do "projeto político da modernidade", no âmbito da justiça política, no questionamento da sociedade de classes e do conceito particular de justiça que lhe segue, e sobre o qual as classes dominantes assentam seu poder, seus privilégios. Para estes, sociedade e Estado, se fundam na exclusão e, com tal concepção, só tem direito o mais forte, aquele a quem a vida social, biológica e cultural é triunfante do azar e da seleção natural a que são submetidos todas as espécies. Um tal conceito de vida e de homem hipertrofia o privado, fenece o público, e só pode gritar por segurança ou Morte, jamais por mudança e Vida.